

TERESA ARRUDA ALVIM
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

ARRUDA ALVIM
COORDENADOR CIENTÍFICO

AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO A PRECEDENTE

WELDER QUEIROZ DOS SANTOS

Prefácio

TERESA ARRUDA ALVIM

Apresentação

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Coleção
Liebman

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Gerente de Conteúdo***MILISA CRISTINE ROMERA***Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser*Produção Editorial**Coordenação***ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES***Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira*Designer Editorial:* Lucas Kfourí*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho*Capa:* Chrisley Figueiredo*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros*Líder de Inovações de Conteúdo para Print***CAMILLA FUREGATO DA SILVA***Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo*Gerente de Operações e Produção Gráfica***MAURICIO ALVES MONTE***Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Welder Queiroz dos

Ação rescisória por violação a precedente / Welder Queiroz dos Santos. --
1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção Liebman)

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-899-7

1. Ação rescisória 2. Estado de Direito 3. Norma jurídica 4. Precedentes
(Direito) 5. Segurança jurídica I. Título. II. Série.

21-68895

CDU-347.922

Índices para catálogo sistemático:

1. Ação rescisória : Processo civil 347.922

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	11
PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	23
1 ESTADO DE DIREITO, LEGALIDADE, IGUALDADE E SEGURANÇA JURÍDICA.....	27
1.1 ■ Direito, justiça, sociedade e estado democrático de direito.....	27
1.2 Legalidade.....	30
1.3 Igualdade.....	33
1.4 Segurança jurídica.....	41
1.4.1 Segurança jurídica sob a perspectiva subjetiva: previsibilidade da atuação estatal.....	43
1.4.2 Segurança jurídica sob a perspectiva objetiva: estabilidade das relações jurídicas. Em especial, a coisa julgada.....	46
2 AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO MANIFESTA À NORMA JURÍDICA.....	53
2.1 Conceito e finalidade da ação rescisória.....	53
2.2 Natureza jurídica da ação rescisória.....	55
2.3 Objeto da ação rescisória.....	56
2.4 Hipóteses de cabimento.....	58
2.5 Especificamente a violação manifesta à norma jurídica.....	60
2.5.1 Norma jurídica e pensamento jurídico contemporâneo.....	62
2.5.2 Características do pensamento jurídico contemporâneo.....	65
2.5.2.1 Força normativa da Constituição.....	65
2.5.2.2 Eficácia normativa dos princípios (e das regras).....	68

2.5.2.2.1	Distinção entre princípios e regras	70
2.5.2.2.2	Eficácia direta e indireta dos princípios e suas funções	72
2.5.2.2.3	Eficácia das regras diante dos princípios	73
2.5.2.3	Direitos fundamentais	73
2.5.2.3.1	Dimensões dos direitos fundamentais	75
2.5.2.3.2	Perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais	76
2.5.2.3.3	Eficácia e aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	77
2.5.2.3.4	Eficácias vertical, horizontal e vertical com reflexo lateral dos direitos fundamentais	77
2.5.2.4	Método legislativo com base em cláusulas gerais e em conceitos indeterminados	78
2.5.2.5	Profusão da legislação	82
2.5.3	Significado de “norma jurídica”	83
2.5.3.1	Hermenêutica jurídica e significado de norma jurídica	83
2.5.3.2	Distinção entre texto normativo e norma jurídica	85
2.5.3.3	Método de concretização do sentido dos textos normativos em detrimento da subsunção	87
2.5.3.4	Postulado da proporcionalidade	89
2.5.3.5	Importância da fundamentação das decisões judiciais	90
2.5.3.6	Norma jurídica	94
2.5.3.6.1	Direito material e direito processual	94
2.5.3.6.2	Direito interno e direito estrangeiro aplicável ao caso	96
2.5.3.6.3	Costume como norma jurídica	96
2.5.4	Significado de “violar”	97
2.5.4.1	Desnecessidade de prequestionamento	98
2.5.5	Significado de “manifestamente”	99
2.5.6	Significado de “violar manifestamente a norma jurídica”	102
3	PRECEDENTE JUDICIAL COMO NORMA JURÍDICA	105
3.1	Sistemas jurídicos do <i>civil law</i> e do <i>common law</i>	106
3.1.1	Sistema jurídico do <i>civil law</i>	106

3.1.2	Sistema jurídico do <i>common law</i>	108
3.1.3	Convergência entre os sistemas de <i>civil law</i> e de <i>common law</i> no direito brasileiro	111
3.2	Os deveres do poder judiciário relacionados aos precedentes e aos enunciados de súmula	117
3.2.1	Dever de uniformização	119
3.2.2	Dever de estabilidade	120
3.2.3	Dever de coerência	121
3.2.4	Dever de integridade	122
3.2.5	Dever de resposta correta ou adequada	123
3.2.6	Dever de vinculação	129
3.3	Pronunciamentos judiciais vinculantes	135
3.3.1	Histórico legislativo do art. 927 do CPC	135
3.3.2	Precedentes judiciais	143
3.3.2.1	Decisão em controle concentrado de constitucionalidade	143
3.3.2.2	Acórdão em julgamento de recursos repetitivos	147
3.3.2.3	Acórdão em incidente de resolução de demandas repetitivas ...	148
3.3.2.4	Acórdão em incidente de assunção de competência	150
3.3.2.5	Acórdão de órgão de cúpula dos tribunais	151
3.3.2.6	Acórdão em julgamento de recurso extraordinário sob a sistemática da repercussão geral da questão constitucional...	152
3.3.3	Enunciados de súmula	153
3.3.3.1	Origem e desenvolvimento da súmula no direito brasileiro ...	153
3.3.3.2	Função dos enunciados de súmula no CPC de 2015	161
3.3.3.3	Enunciado de súmula vinculante	165
3.3.3.4	Enunciado de súmula do STJ em matéria infraconstitucional e enunciado de súmula do STF em matéria constitucional	167
4	AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO A PRECEDENTE E A ENUNCIADO DE SÚMULA	173
4.1	O entendimento sobre o não cabimento de ação rescisória por violação a enunciado de súmula	173
4.2	Ação rescisória por violação a precedente e a enunciado de súmula	177
4.3	Ação rescisória por violação à norma jurídica constitucional	186

22 | AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO A PRECEDENTE

4.4	Prazo para a propositura de ação rescisória por violação a precedente e a enunciado de súmula.....	196
4.4.1	Especificamente o prazo para a ação rescisória contra decisão parcial de mérito e capítulo não recorrido.....	199
4.4.1.1	Especificamente quanto ao juízo de não admissibilidade do recurso	209
4.4.2	Especificamente o prazo para propositura de ação rescisória por violação à norma jurídica constitucional (art. 525, § 15, e art. 535, § 8.º)....	210
4.5	Formação de precedente, trânsito em julgado da decisão e cabimento de ação rescisória	214
4.5.1	Inexistência de precedente ou de enunciado de súmula na época do trânsito em julgado da decisão rescindenda, inexistência de divergência jurisprudencial e formação posterior de precedente em sentido contrário à decisão	217
4.5.2	Inexistência de precedente ou de enunciado de súmula na época do trânsito em julgado da decisão rescindenda, existência de divergência na interpretação entre os tribunais e formação posterior de precedente ou de enunciado de súmula em sentido contrário à decisão	219
4.5.2.1	Enunciado 343 da Súmula de jurisprudência predominante do STF	220
4.5.2.2	A (in)aplicação do Enunciado 343 da Súmula à luz da Constituição de 1988 na visão do STF	221
4.5.2.3	A (necessidade de) superação do enunciado 343 da Súmula do STF	225
4.5.2.4	Modulação de efeitos como técnica para afastar a aplicação retroativa de precedente e de enunciado de súmula	233
4.5.3	Existência de divergência na interpretação entre os Tribunais e não formação posterior de precedente ou de enunciado de súmula em sentido contrário	236
4.5.4	Existência de precedente ou enunciado de súmula na época do trânsito em julgado da decisão rescindenda formada em sentido contrário.....	237
4.5.5	Existência de precedente ou enunciado de súmula na época do trânsito em julgado da decisão rescindenda e superação posterior ao trânsito em julgado com a formação de novo precedente ou do novo enunciado de súmula	238
	CONCLUSÃO.....	247
	BIBLIOGRAFIA.....	255